

Brasília, 18 de junho de 2026

Seleção

Sumário

Agência Câmara

Quarta-feira, 17 de junho de 2026 | Inovação

Câmara aprova projeto que define novas regras para proteção da indústria nacional 3

Quarta-feira, 17 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

Saiba mais sobre as novas regras aprovadas pela Câmara para proteção da indústri... 5

Pequenas Empresas Grandes Negócios Online

Quarta-feira, 17 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

INPI bate recorde com mais de 504 mil pedidos de marca em 2025 e encontrar um n... 8

Folha de S. Paulo

Quinta-feira, 18 de junho de 2026 | Marco Civil

STF define que redes não serão punidas se provarem 'dúvida razoável' sobre ilícitu... 10

Agência Senado

Quarta-feira, 17 de junho de 2026 | Direitos Autorais

Big techs deverão comunicar retirada de conteúdo sem ordem judicial, aprova CD... 12

Quarta-feira, 17 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

Acordo de livre comércio entre Mercosul e associação europeia vai à promulgação 13

Notícias FIESP/CIESP

Quarta-feira, 17 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

Tarifas dos EUA e nova norma da OIT exigem atenção das empresas 15

Câmara aprova projeto que define novas regras para proteção da indústria nacional



Sua opinião sobre: PL 4133/2023

Thiago Cristino/Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que estabelece parâmetros mais favoráveis à proteção da indústria nacional, inclusive com a possibilidade de cotas maiores ou exclusividade em licitações públicas. O texto será enviado ao Senado.

De autoria do deputado Heitor Schuch (PSD-RS) e outros, o Projeto de Lei 4133/23 foi aprovado na forma do substitutivo do relator, deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). O texto determina que, no primeiro ano de cada governo, seja definida a política industrial, tecnológica e de comércio exterior com objetivos e metas.

Margem de preferência

Nos processos licitatórios, o texto aprovado aumenta a margem de preferência a favor de bens e serviços nacionais em relação aos estrangeiros. Assim, quando os preços do concorrente nacional forem 20% maiores que os dos concorrentes internacionais, deverá ser dada preferência aos brasileiros. Atualmente, a margem é de 10%.

A margem atual de diferença de 20% passa para 30% quanto aos bens e serviços nacionais que atendam a critérios de sustentabilidade, sejam resultados de desenvolvimento e **inovação tecnológica** no país ou atendam simultaneamente a critérios de sustentabilidade e resultem de desenvolvimento e **inovação tecnológica** no Brasil.

Participação exclusiva

O texto permite, segundo regulamento do Executivo federal, que os editais de licitação exijam a contratação de bens e serviços nacionais e prevejam a participação exclusiva de empresas brasileiras de capital nacional.

Essa exclusividade será concedida especialmente quando for importante para garantir a segurança nacional, a ordem pública, o desenvolvimento de setores estratégicos da economia ou o alcance dos objetivos estratégicos da política industrial, tecnológica e de comércio exterior.

As situações de participação exclusiva ou exigência de conteúdo nacional na compra de bens manufaturados e serviços passam a fazer parte também das leis que regulam a concessão de serviços públicos (Lei 8.987/95) e a parceria público-privada (Lei 11.079/04).

Em relação aos motivos para o rompimento de contrato por parte da administração pública, o texto acrescenta a alteração do controle efetivo da empresa brasileira que a descaracterize como tal quando ela tenha participado de licitação exclusiva para as nacionais.

Acompanhamento adequado

Para o relator, deputado Rodrigo Rollemberg, a política industrial, tecnológica e de comércio exterior requer acompanhamento adequado por parte do Congresso. "Configura avanço a obrigação de relatório para apuração minuciosa de várias questões", afirmou, ao citar desde adequação de planos a registro de marcas e patentes industriais.

Rollemberg disse que as bases para o progresso nesse setor e em serviços avançados e especializados devem vir com inovação, sustentabilidade e um desenvolvimento econômico e social inclusivo. "Diante da experiência que temos no fomento da indústria verde, sabemos que o desafio ambiental e da transição energética deve estar fortemente vinculado à geração de cada vez mais elos sustentáveis dentro de nossa economia nacional", declarou.

O deputado Heitor Schuch, autor da proposta, destacou que o Rio Grande do Sul conseguiu desenvolver suas indústrias e empresas graças a políticas públicas de incentivo.

Na opinião do deputado Paulo Lemos (PT-AP), o projeto é fundamental para a indústria nacional. "É uma forma de proteção ao tarifário a que o Brasil está sendo sujeito pelo governo norte-americano",

disse, ao se referir à sobretaxa de 25% dos EUA sobre diversos produtos do Brasil que entrará em vigor até 15 de julho.

Porém, o líder do Novo, deputado Gilson Marques (Novo-SC), criticou a ampliação da ação estatal no direcionamento de diretrizes para a indústria brasileira.

Para o deputado Kim Kataguiri (Missão-SP), a proposta reedita o "fracasso" da Lei da Informática

(Lei 8.248/91). "Todos os incentivos viraram lucro para o bolso do empresário. Não aumentou produtividade, não fortaleceu a indústria nacional, não gerou emprego, não aumentou o PIB [Produto Interno Bruto]. Zero, zero", criticou.

Mais informações em instantes

Assista ao vivo

sobre a tramitação de projetos de lei

Reportagem - Eduardo Piovesan e Tiago Miranda

Edição - Pierre Triboli

Saiba mais sobre as novas regras aprovadas pela Câmara para proteção da indústria brasileira



Sua opinião sobre: PL 4133/2023

Thiago Cristino/Câmara dos Deputados

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados para o Projeto de Lei 4133/23 define novas regras para proteção da indústria nacional.

Confira pontos da proposta:

Briga comercial

O substitutivo do relator do projeto, deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), procura dar mais poderes ao governo para proteger a indústria nacional de importações que possam comprometer a competitividade.

Quanto a bens importados investigados por fraudes e inconsistências em relação às condições comerciais declaradas, o substitutivo determina a aplicação do chamado licenciamento não automático.

Esse tipo de licenciamento tem prazo maior para ser concedido ao importador (60 dias) e é utilizado frequentemente quando o produto depende de análise de outros órgãos, como **Anvisa**, Ministério da Agricultura e Ibama.

No âmbito do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), o governo poderá estabelecer um mecanismo de ajuste de carbono nas fronteiras a fim de anular os custos econômicos das importações que aumentem a quantidade de carbono equivalente na matriz produtiva brasileira.

O mecanismo já é utilizado, por exemplo, pela União Europeia, que aplica sobre produtos intensivos em carbono que entram no bloco um valor líquido equivalente ao que as empresas locais pagariam se emitissem aqueles gases na Europa.

Sobre os investimentos diretos, o Poder Executivo poderá, com base em análise de risco fundamentada e na forma do regulamento, pedir informações adicionais, monitorar e impor condicionalidades a investimentos estrangeiros diretos no Brasil.

A intenção é evitar ameaça à segurança nacional, à ordem pública, a setores estratégicos da economia ou aos objetivos estratégicos da política industrial.

Contramedidas

Na Lei de Contramedidas aprovada no ano passado (Lei 15.122/25) para fazer frente a consequências derivadas do aumento unilateral de tarifas pelo governo Trump (EUA), o texto aprovado prevê a adoção de outros tipos de medidas sem necessidade de coordenação com o setor privado prevista em lei.

Assim, poderão ser adotadas medidas, de forma isolada ou cumulativa, relativas a:

regras comerciais, regulatórias, financeiras, tributárias ou patrimoniais;

exploração econômica de ativos, acesso ao mercado nacional e fluxo transfronteiriço de capitais;

acesso a contratações públicas, a regimes de concessão, permissão ou autorização; e

acesso a programas, instrumentos ou benefícios de política pública, tais como subsídios, subvenções, financiamentos, garantias ou incentivos de qualquer natureza.

Automação

O projeto permite licitação restrita a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no país de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB) para implantação, manutenção e aperfeiçoamento de sistemas de tecnologia da informação e comunicação.

No caso de empate na contratação desses bens e serviços, haverá preferência para aqueles resultan-

tes de desenvolvimento e **inovação tecnológica** no Brasil. O empate será considerado quando a proposta apresentada por beneficiário da preferência for até 10% superior à proposta mais bem classificada.

Para exercer a preferência, no entanto, a empresa deverá seguir o preço da empresa preterida ou baixá-lo.

Metas

Os objetivos e metas poderão ser definidos por setor estratégico ou por "missões" relacionadas a desafios sociais, ambientais, econômicos e tecnológicos relevantes para o país.

Se o formato escolhido for dessas missões, elas devem visar a cadeias produtivas ou nichos específicos, para os quais os instrumentos de execução precisam ser explicitamente identificados, com as metas e indicadores de desempenho. As escolhas terão de sair depois de diálogo sistemático e permanente com o setor privado industrial.

Os objetivos e metas deverão ser formulados utilizando indicadores quantitativos e qualitativos, como:

níveis de produção desejados ou necessários;

conteúdo local e agregação de valor;

empregos criados;

salários, qualidade das ocupações e melhoria do mercado de trabalho;

redução de desigualdades regionais e sociais;

redução das emissões de gases de efeito estufa e parâmetros de economia circular; e

autonomia produtiva e tecnológica e redução da dependência externa.

Instrumentos

O texto define vários instrumentos a serem explicitados na política industrial para se alcançar os objetivos e metas. O governo poderá atuar, por exemplo, na regulação econômica setorial, com previsão de investimentos, contratações e concessões públicas com índices de conteúdo nacional mínimo, exclusividade ou margem de preferência para empresas nacionais, tratamento prioritário ou exclusivo para cooperativas e empresas brasileiras de capital nacional.

Outro método será a utilização de empresas estatais e suas participações em empreendimentos privados,

inclusive por meio de participações acionárias.

Instrumentos tradicionais também estão previstos, como subvenções e incentivos para investimento e pesquisa, créditos e financiamentos públicos em condições favorecidas.

O plano poderá contemplar ainda estímulos a empresas brasileiras de capital nacional e contrapartidas a investimentos estrangeiros por meio de jointventures, **transferência de tecnologias** e de conhecimentos produtivos e capacitação de fornecedores.

Sob pena de não poderem acessar qualquer desses benefícios por 1 a 3 anos, as empresas diretamente contempladas serão obrigadas a cumprir contrapartidas e apresentar anualmente demonstrativos financeiros, além de ceder dados para a elaboração de relatório anual pelo Executivo.

Revisão

Se o descumprimento das contrapartidas e obrigações ocorrer por causa de fatos relevantes futuros e alheios ao controle da empresa, o Poder Executivo poderá revisar ou reprogramar essas contrapartidas ou adequar metas e prazos.

Isso será possível ainda se os fatos se relacionarem a riscos tecnológicos ou restrições à concorrência.

Economia do carbono

O texto aprovado pela Câmara determina que a política industrial e tecnológica seja articulada com a estratégia de descarbonização e de transição energética, inclusive com incentivo a energias renováveis.

No entanto, por outro lado, também estabelece que a política industrial deverá promover a indústria de refino de petróleo e fortalecer a cadeia nacional de fornecedores de bens e serviços para a indústria de petróleo e gás, como a indústria naval.

Relatório anual

A cada dois anos, o Poder Executivo deverá publicar relatório sobre a política industrial, com avaliação dos resultados e dados sobre:

o cumprimento dos objetivos e metas e a evolução dos seus respectivos indicadores;

cada plano, política ou programa com o cumprimento dos objetivos e metas;

registros de **propriedade intelectual**;

o fomento e o desenvolvimento da economia verde, da descarbonização dos setores produtivos no país e da bioeconomia;

a transformação digital do parque industrial brasileiro; e

a evolução da balança comercial dos setores industriais estratégicos, com destaque para exportações de bens de maior complexidade e valor agregado.

Na avaliação da evolução dos indicadores de metas e objetivos, serão consideradas as alterações no ambiente macroeconômico e de outros fatores com impacto que estejam fora da alçada das instâncias e órgãos responsáveis pela política industrial.

Carreiras públicas

O texto aprovado também condiciona a condução da política industrial à adequada dotação orçamentária e de recursos humanos e meios administrativos necessários.

Isso inclui a realização de concursos públicos, a valorização e o provimento regular de carreiras estratégicas e a estruturação permanente dos órgãos e unidades responsáveis pela formulação, execução, monitoramento e avaliação da política.

Reportagem - Eduardo Piovesan

Edição - Pierre Triboli

INPI bate recorde com mais de 504 mil pedidos de marca em 2025 e encontrar um nome livre vira o novo desafio do empreendedor

Com 48% dos depósitos vindos de MEIs e pequenos negócios, a proteção de marca deixou de ser pauta de grande corporação. O efeito colateral do recorde: a cada dia fica mais difícil encontrar uma denominação disponível, e quem adia o registro corre risco real.

1. O ano em que o registro de marca virou rotina do pequeno negócio

O Brasil encerrou 2025 com 504.461 pedidos de registro de marca protocolados no **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, o maior volume da série histórica e a primeira vez que o país ultrapassa a barreira dos 500 mil pedidos em um único ano. O número, divulgado no Boletim Mensal de **Propriedade Industrial** de dezembro de 2025, representa alta de 7,9% sobre o ano anterior.

O dado mais revelador, porém, não é o total, e sim quem está por trás dele. Segundo o **INPI**, 48% dos depósitos partiram de microempreendedores individuais (MEIs) e empresas de pequeno porte, público historicamente afastado do registro por barreiras de custo, burocracia e desconhecimento técnico. A proteção de marca, antes tratada como assunto de grande corporação, entrou na rotina de quem está começando.

2. O que de fato mudou nas regras do **INPI**

Em agosto de 2025 entrou em vigor a maior reformulação tarifária do **INPI** em mais de uma década, instituída pelas Portarias GM/MDIC nº 110/2025 e **INPI/PR** nº 10/2025. A principal mudança foi a adoção da taxa única: antes, o registro exigia dois pagamentos, um no protocolo do pedido e outro na concessão, meses depois. Quem esquecia a segunda etapa perdia o registro inteiro, mesmo após anos de espera. Agora o pagamento é feito uma só vez, no início, e o certificado é emitido automaticamente quando a marca é aprovada.

Vale a ressalva, e aqui está um ponto que costuma confundir o empreendedor: a nova tabela trouxe simplificação, não barateamento. O reajuste médio das taxas foi de 24,1%, o primeiro depois de anos com valores congelados. O ganho real para o

pequeno negócio é de previsibilidade e segurança, não de preço: o novo modelo elimina o risco de

perder o registro por falha no segundo pagamento e reduz etapas burocráticas.

3. Por que esperar para registrar virou risco concreto

O recorde de pedidos tem um efeito colateral direto sobre quem ainda não protegeu sua marca. Com centenas de milhares de novos registros protocolados ao longo do ano, encontrar um nome ao mesmo tempo disponível e único ficou sensivelmente mais difícil. A disputa por denominações no mercado brasileiro se intensificou, e a prioridade no sistema é definida pela data de protocolo: quem chega primeiro garante o direito.

O risco de operar sem registro já aparece em decisões judiciais. A 25ª Vara Cível de Brasília determinou que uma cafeteria deixasse de usar nome semelhante ao de uma concorrente que havia registrado a marca primeiro, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil até o limite de R\$ 40 mil. O Sebrae reforça o alerta: o empreendedor pode passar anos construindo o negócio e investindo em divulgação para, só então, descobrir que outra empresa registrou o nome no **INPI**, sendo obrigado a abandonar a marca.

4. A leitura de quem acompanha o setor

"A cada dia que passa, criar uma marca única se torna mais difícil. O empreendedor que adia o registro não está apenas perdendo tempo, está perdendo opções", afirma André de Almeida, CEO da Es-tartar Registro de **Marcas** e certificado pela Organização Mundial da **Propriedade Industrial** (OMPI). Para ele, o cenário pós-recorde transforma a proteção marcária em prioridade estratégica, e não mais em etapa que se deixa para depois.

5. Tirar do papel sem cair nas armadilhas do processo

A simplificação das regras não eliminou o principal motivo de indeferimento de pedidos: erros na fase de pesquisa e de especificação da marca. É nesse

Continuação: INPI bate recorde com mais de 504 mil pedidos de marca em 2025 e encontrar um nome livre vira o novo desafio do empreendedor

ponto que a Estartar Registro de **Marcas** posiciona sua atuação. Segundo dados informados pela própria empresa, são mais de 3.000 marcas registradas, índice de 93% de aprovação e sete anos de atuação no setor. O processo é conduzido 100%

online, com pesquisa de viabilidade prévia e acom-

panhamento que vai do depósito ao monitoramento, etapas que, feitas sem orientação, concentram boa parte das recusas.

A empresa também permite parcelar o custo do registro no boleto, reduzindo a barreira de entrada

agravada pelo reajuste de taxas de 2025. A proposta se apoia em um ecossistema completo, que vai da criação do nome e da identidade visual até o registro no **INPI** e a estruturação de presença digital, sintetizado no slogan da marca: aqui nasce e se protege a sua marca.

STF define que redes não serão punidas se provarem 'dúvida razoável' sobre ilicitude de post



Ministros do STF em sessão da Corte nesta quarta-feira (17), em Brasília Luiz Silveira /Divulgação STF

Ana Pompeu e Luísa Martins

BRASÍLIA O STF (Supremo Tribunal Federal) definiu nesta quarta-feira (17) que as plataformas de redes sociais não serão punidas por não remover conteúdos apontados como ilícitos caso provem haver dúvida razoável sobre eles. Para isso, as empresas precisarão promover "análise de diligência qualificada".

A salvaguarda é uma flexibilização em relação ao julgamento sobre o **Marco Civil** da Internet concluído em junho do ano passado. De autoria do presidente da corte, Edson Fachin, a proposta foi incluída ao final da análise de recursos apresentados à corte. Não cabem novas contestações.

Na sessão da última quinta (11), a corte definiu prazo de 60 dias para que as big techs adotem medidas para remoção de conteúdo ilegal, incluindo postagens de teor antidemocrático, terrorismo, incitação a racismo e induzimento a suicídio. No início da sessão desta quarta, Fachin apenas leu o texto completo acordado entre os magistrados depois de debates feitos nas últimas semanas.

No fim da sessão anterior, Fachin fez uma sugestão a ser analisada pelo relator. Para o presidente do tri-

bunal, seria importante incluir uma proteção às plataformas para quando houver dúvida sobre o conteúdo a ser removido.

"Estou colocando aqui uma espécie de salvaguarda para dúvida razoável quanto à ilicitude, desde que tenha havido uma diligência qualificada por parte do provedor de indicações", disse, na última semana. Antes de se reunirem no plenário, os ministros estiveram juntos em almoço no qual debateram os detalhes finais da tese.

A proteção para os casos em que houver dúvida razoável já estava prevista também nos decretos editados pelo governo Lula (PT) em 20 de maio sobre redes sociais a partir do que tinha sido fixado pelo STF sobre o **Marco Civil** da Internet. O governo também definiu a ANPD (Agência Nacional de Proteção de Dados) para fiscalizar essas obrigações. Um dos textos passou a definir que o provedor de aplicações de internet poderá manter o conteúdo disponível quando, "após a análise diligente e fundamentada, concluir existir dúvida razoável sobre o caráter criminoso do conteúdo, considerada a proporcionalidade entre a dúvida e a gravidade do crime, hipótese em que comunicará ao notificante as razões da não indisponibilização".

Entenda a decisão do STF sobre o Marco Civil

Medida flexibiliza julgamento de junho de 2025 sobre Marco Civil da Internet; empresas terão que fazer 'análise qualificada' de publicação



MINISTROS DO STF em sessão da Corte nesta quarta-feira (17), em Brasília Luiz Silveira /Divulgação STF

Em julgamento em 2025, o Supremo Tribunal Federal decidiu ampliar as obrigações das plataformas digitais no Brasil ao declarar a inconstitucional-

Continuação: STF define que redes não serão punidas se provarem 'dúvida razoável' sobre ilicitude de post

lidade parcial do artigo 19 do **Marco Civil** da Internet. O dispositivo, em vigor desde 2014, estabelecia que redes sociais só poderiam ser responsabilizadas por conteúdos publicados por usuários se descumprissem ordem judicial de remoção.

No julgamento de 2025, o STF criou uma lista de conteúdos que devem ser removidos proativamente pelas plataformas, antes de haver determinação judicial, como ataques à democracia, terrorismo, discriminação racial, religiosa ou por orientação sexual, entre outros.

As empresas serão punidas por "falha sistêmica" - quando deixarem de adotar medidas adequadas de prevenção e remoção desses conteúdos.

Na ocasião do julgamento, ainda, o STF fez um apelo ao Congresso para legislar sobre o assunto. Nesta quarta, o tribunal voltou a ressaltar a necessidade de os legisladores tratarem da matéria, e o papel do governo federal nessa regulamentação.

Na avaliação do pesquisador do Iris (Instituto de Referência em Internet e Sociedade) e doutor em direito pela UnB Paulo Rená, o conceito de "dúvida razoável" retira pressão das empresas a ter que necessariamente tomar decisões sobre a legalidade dos conteúdos em todas as hipóteses.

"Sem a dúvida razoável, os provedores estavam na situação de sempre terem que tomar uma decisão sobre o conteúdo, com possível punição pela não remoção e sem punição pela remoção em excesso, o que levaria a um alto risco de censura privada, mesmo com toda a boa vontade na decisão do STF", diz.

Foram nove recursos analisados, apresentados tanto pelas empresas partes do processo, Facebook e Google, quanto por plataformas, entidades e organizações da sociedade civil.

Em junho de 2025, a corte ampliou as obrigações das plataformas de redes sociais para atuação no Brasil. A partir de então, elas passaram a ser responsáveis civilmente caso não removam de forma pró-ativa, antes de determinação judicial, uma nova lista de conteúdos, incluindo antidemocráticos, discriminatórios ou de incitação a crimes.

O debate se deu em torno do artigo 19 do **Marco Civil** da Internet, em vigor desde 2014, que determina que as plataformas só deverão indenizar usuários ofendidos por postagens de terceiros se descumprirem ordem judicial para remoção de conteúdo.

Big techs deverão comunicar retirada de conteúdo sem ordem judicial, aprova CDH



Da Agência Senado | 17/06/2026, 12h29

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou nesta quarta-feira (17) projeto que obriga provedores de **internet** a informar sempre que retirarem conteúdo da rede sem ordem judicial. O texto altera o Marco Civil da **Internet** (Lei 12.965, de 2014) para criar mecanismos de transparência nos casos em que provedores tornarem indisponível conteúdo publicado na **internet** sem determinação da justiça.

Apresentado pelo senador Esperidião Amin (PP-SC), o PL 3.283/2025 recebeu voto favorável do relator, senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), e segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto foi lido na reunião pela presidente da CDH, senadora Damares Alves (Republicanos-DF).

Conforme o projeto, as plataformas na **internet** terão até 24 horas para comunicar a exclusão de conteúdo ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e ao Congresso Nacional, por meio da Comissão Mista de Controle Externo da Atividade de Inteli-

gência (CCAI).

A proposição também estabelece que a comunicação obrigatória não se aplica a casos de remoções automáticas voltadas ao combate de mensagens indesejadas em massa, programas maliciosos, tentativas de enganar o usuário para obtenção de dados, fraude, violação de **direitos autorais** ou outras atividades de abuso técnico da plataforma.

O PL 3.283/2025 foi apresentado após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que declarou parcialmente inconstitucional o item do Marco Civil da **Internet** sobre a responsabilização de provedores por conteúdos publicados por terceiros. Na opinião de Esperidião Amin, a decisão abriu espaço para que plataformas digitais removam conteúdo sem controle judicial direto, "o que poderia gerar risco de abusos e censura".

Flávio Bolsonaro apresentou emenda para incluir o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS) entre os órgãos que devem receber a comunicação. O senador argumenta que o conselho tem competências ligadas ao tema, como a emissão de pareceres e recomendações sobre liberdade de expressão e regulação da mídia, o que justificaria sua inclusão.

De acordo com o relator, o projeto é essencial para ampliar a transparência na retirada de conteúdos, evitar censura, preservar a liberdade de expressão e reduzir o risco de exageros por parte das plataformas digitais.

Ainda para Flávio Bolsonaro, a decisão do STF aumentou a possibilidade de "remoções indevidas e silenciosas". Por isso, considerou que a proposta oferece "um mecanismo de transparência e responsabilização institucional" quando conteúdos forem retirados da **internet** sem decisão judicial.

Acordo de livre comércio entre Mercosul e associação europeia vai à promulgação



Da Agência Senado | 17/06/2026, 19h00

O Plenário aprovou nesta quarta-feira (17), em regime de urgência, o texto do acordo de livre comércio entre os países do Mercosul e da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA, na sigla em inglês), bloco formado por Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça. O projeto de decreto legislativo que dá aval ao tratado (PDL 570/2026) será encaminhado à promulgação.

O acordo prevê a liberalização tarifária dos setores industrial e agrícola, levando em consideração as especificidades de cada mercado.

O texto foi relatado pelo senador Nelsinho Trad (PSD-MS), que preside a Comissão de Relações Exteriores (CRE). Ele destacou que mais de 97% das exportações entre os dois blocos deverão ser beneficiadas por condições preferenciais de acesso, com redução ou eliminação de tarifas e mecanismos voltados à facilitação do comércio.

Outro ponto destacado pelo relator é a preservação de instrumentos importantes para o Brasil, incluindo salvaguardas relacionadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), políticas de apoio a micro e pequenas empresas, inovação e desenvolvimento tecnológico.

Antes de ser votado em Plenário, o acordo havia sido aprovado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) e pela Câmara dos Deputados. A matéria foi apreciada em regime de urgência, após requerimento de líderes partidários.

Setores beneficiados

Assinado no Rio de Janeiro em setembro de 2025, o acordo é dividido em 16 capítulos e abrange comércio de bens, defesa comercial, salvaguardas, barreiras técnicas, medidas sanitárias e fitossanitárias, serviços, investimentos e **propriedade intelectual**. Também trata de compras governamentais, concorrência, desenvolvimento sustentável, solução de controvérsias e disposições institucionais.

Em relação ao comércio de bens, está prevista isenção de tarifas para aproximadamente 97% das transações do Brasil com a EFTA e redução gradual de taxas para 1,2%. Produtos agrícolas como laticínios, chocolates e fórmulas para alimentação infantil foram incluídos sob a forma de quotas tarifárias.

Do lado da EFTA, os países eliminarão 100% das tarifas de importação nos setores industriais e pesqueiro já na entrada em vigor do acordo. Considerando os setores agrícola e industrial, o acesso em livre comércio de produtos brasileiros chegará a quase 99% do valor exportado.

O Brasil ainda poderá se beneficiar de quotas agrícolas oferecidas por Suíça, Liechtenstein e Noruega para produtos como carne bovina, carne de aves, milho, farinha de milho, mel e óleos vegetais, entre outros.

Barreiras sanitárias

O acordo prevê o sistema de listas pré-estabelecidas, que facilita a exportação de carnes e outros alimentos ao permitir o reconhecimento prévio da estrutura de inspeção sanitária do Brasil.

Também prevê procedimentos de regionalização para produtos de origem animal e mecanismos de cooperação técnica entre autoridades sanitárias dos dois blocos.

Entre os países da EFTA, a Noruega já concluiu a tramitação parlamentar necessária para ratificar o acordo, que prevê um mecanismo de entrada em vigor bilateral, permitindo que os países que concluírem seus procedimentos internos possam iniciar sua aplicação sem necessidade de aguardar a ratifi-

cação simultânea de todos os integrantes dos dois blocos.

A EFTA é uma organização comercial e de livre comércio criada em 1960. Juntos, os quatro países do grupo possuem uma população de 15 milhões de pessoas e um PIB de US\$ 1,4 trilhão, sendo um dos maiores PIBs per capita do mundo.

Inserção internacional

Na leitura de seu relatório, Nelsinho Trad ressaltou que o acordo ocupa posição de destaque na estratégia de inserção internacional do Mercosul e na política comercial brasileira.

- Mais do que abrir um novo mercado, o instrumento consolida a aproximação do Mercosul com economias desenvolvidas de alta renda, situadas entre as de maior PIB per capita do mundo, e o faz logo na esteira do entendimento alcançado com a União Europeia - afirmou.

O senador destacou ainda que, para além da supressão de tarifas, o texto avança sobre serviços, inves-

timentos, compras governamentais, **propriedade intelectual**, concorrência, barreiras técnicas, medidas sanitárias e desenvolvimento sustentável, dedicando atenção à transparência regulatória e à facilitação do comércio.

- Essa amplitude revela o propósito de atacar não só os custos tarifários, mas também os entraves regulatórios que, na prática, mais oneram o exportador, em favor de um ambiente de negócios mais estável e previsível.

Nelsinho Trad agradeceu o empenho dos embaixadores da Suíça e Noruega para que o acordo pudesse avançar. Ele também citou o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, além da equipe de assessores do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Tarifas dos EUA e nova norma da OIT exigem atenção das empresas



Na Fiesp, especialistas avaliam possíveis reflexos sobre competitividade, conformidade e ambiente regulatório

As possíveis consequências de investigações comerciais conduzidas pelos Estados Unidos contra o Brasil e os desdobramentos da nova Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalho em plataformas digitais foram os principais temas da reunião do Conselho Superior de Relações do Trabalho (Cort) da Fiesp, realizada na quarta-feira (17/6) e conduzida por sua presidente, Maria Cristina Mattioli.

A primeira investigação dos EUA questiona temas como comércio digital, **propriedade intelectual**, etanol, combate à corrupção e desmatamento. Apesar dos argumentos apresentados pelo governo brasileiro e por entidades empresariais, a conclusão preliminar manteve as críticas e propôs tarifa adicional de 25% sobre determinados produtos.

Já a segunda apuração, relacionada ao combate ao trabalho forçado, estuda não apenas a legislação dos países, mas também seus mecanismos de con-

trole das cadeias produtivas, prevendo sobretaxa de 12,5% para produtos brasileiros. Os EUA são hoje o principal destino das exportações brasileiras de maior valor agregado e um dos principais investidores externos, o que amplia a preocupação com possíveis medidas tarifárias.

Para a gerente de Política Comercial da CNI, Constanza Negri Biasutti, a possível acumulação dessas medidas é hoje a principal preocupação do setor produtivo, por elevar significativamente os custos de acesso ao mercado americano. Em sua avaliação, o cenário reforça a necessidade de ampliar mecanismos de conformidade, rastreabilidade e governança das cadeias produtivas, além de manter o diálogo institucional com as autoridades dos Estados Unidos.

Na sequência, o conselheiro do Cort Jorge Matsumoto comentou a aprovação da Convenção nº 193 da OIT, primeiro instrumento internacional voltado ao trabalho em plataformas digitais. Segundo ele, a forma de incorporação da norma à legislação brasileira exigirá atenção dos empregadores, sobretudo em temas relacionados à classificação dos trabalhadores, custos e segurança jurídica.

Para Matsumoto, que esteve presencialmente na conferência realizada em Genebra, entre os dias 1º e 12 de junho, a convenção preserva a autonomia dos países para definir seus modelos regulatórios e não estabelece vínculo empregatício automático. O desafio, contudo, será construir uma regulamentação equilibrada, capaz de conciliar proteção aos trabalhadores, inovação e competitividade, evitando insegurança jurídica e favorecendo o desenvolvimento sustentável das novas formas de trabalho.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais	10
Inovação	1,2,3,4,5
Marco Civil	8,9
Marco regulatório INPI	6,7
Propriedade Industrial	6,7
Propriedade Intelectual	3,4,5,11,12,13